

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.013 - SC (2019/0138121-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : EVERALDO LUÍS RESTANHO E OUTRO(S) - SC009195  
MARCOS ANDREY DE SOUSA - SC009180  
**AGRAVADO** : LUIZ ANTONIO MATHEUS  
**ADVOGADO** : SAMIRA VOLPATO MATTEI - SC021052

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

*"AGRAVO INTERNO. ARTIGO 1.021 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APLICAÇÃO. RECURSO REGIDO PELO CPC/2015. DECISÃO MONOCRÁTICA CONFORME JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVANTE QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. OFENSA DIRETA AO § 1º DO ARTIGO 1.021 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. AGRAVO NÃO CONHECIDO" (fl. 384 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos pela agravante foram rejeitados (fls. 411/416 e-STJ).

Nas razões do especial, a recorrente sustenta, além da divergência jurisprudencial, violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz omissão no acórdão recorrido no tocante às teses:

- infringir o princípio da isonomia com a quebra de paridade entre os acionistas;

- "foi fixado que o valor patrimonial da ação a ser utilizado como critério de cálculo deve ser aquele da data da integralização" (fl. 423 e-STJ); e

- excesso de execução.

Menciona falta de fundamentação no acórdão do Tribunal de origem.

Contrarrazões às fls. 433/436 e-STJ.

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevindo daí o presente agravo.

O Ministério Público Federal, em seu parecer, opinou pelo desprovimento do recurso pela ausência de omissão (fls. 460/462 e-STJ).

**DECIDO.**

# Superior Tribunal de Justiça

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Com relação ao argumento de violação ao art. 1.022 do CPC/2015, observa-se dos autos que a matéria referente ao excesso de execução foi analisada nos seguintes termos:

"(...)

*É que, em relação ao alegado excesso de execução, os argumentos apresentados pela agravante são dissociados dos fundamentos da decisão recorrida.*

*O suposto excesso de execução apontado no presente recurso já foi devidamente afastado na decisão agravada. Cobia à agravante, neste momento, desconstituir os fundamentos da referida decisão, apontando nela a ocorrência de falhas.*

*Verifica-se, entretanto, que isso não ocorreu, limitando-se a ora recorrente a reproduzir em seu recurso os fundamentos expostos na sua manifestação ao laudo da contadoria judicial. A decisão recorrida dispôs:*

*Do número de ações - equivalência com os desdobramentos e às transformações acionária.*

*Insurge-se a executada à conversão das ações realizada pela Contadoria Judicial, ao equivalente às ações da Brasil Telecom.*

*Inicialmente, necessário consignar, que a indenização decorrente da diferença de ações dos contratos parcialmente adimplidos com ações da Telebrás, devem ser calculados com base nas ações da Telesc, referentes aos títulos BRTO4 e BRTO3, inclusive seus proventos.*

*No mais, verifica-se que o fator de conversão aplicado das ações da Telebrás para Telesc se trata de uma divisão do VPA da Telebrás pelo VPA da Telesc vigentes na data da integralização do contrato sub judice, aplicando também, a depender da data de integralização, o desdobramento acionário das ações da Telebrás ocorrido em 1990. Ou seja, o fator de conversão utilizado nada mais é do que a capitalização da proporção do valor pecuniário integralizado e não capitalizado, com ações da Telesc" (fl. 366 e-STJ).*

No tocante aos demais argumentos, observa-se que referidas questões foram trazidas apenas nas razões dos aclaratórios, o que configura inovação recursal.

Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA. PRESCRIÇÃO. VENDA AD MENSURAM. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS, PROVAS E CLÁUSULA CONTRATUAL. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*(...)*

*3. É inviável, em sede de recurso especial, a apreciação de matéria tida por inovação recursal no acórdão dos embargos de declaração opostos após o provimento da apelação pelo Tribunal a quo, em razão dos óbices das Súmulas*

# Superior Tribunal de Justiça

211 do STJ e 282 do STF.

4. Agravo interno não provido"

(AgInt no AREsp 1.473.289/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/8/2019, DJe 2/9/2019).

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO POR OUTROS FUNDAMENTOS.*

1. O Superior Tribunal de Justiça já proclamou que os embargos de declaração constituem a via adequada para sanar omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais do decisório embargado, admitida a atribuição de efeitos infringentes apenas quando esses vícios sejam de tal monta que a sua correção necessariamente infirme as premissas do julgado.

2. Ausência dos requisitos do art. 1.022 do CPC/2015, visto que houve o esclarecimento fundamentado quanto às razões que justificaram as conclusões firmadas, tanto no Tribunal de origem quanto nesta Corte Superior. No caso, nota-se inexistência de omissões ou contradições a serem sanadas, porquanto, não cabe ao Tribunal de origem analisar questões alegadas somente em embargos de declaração, por se tratar de indevida inovação recursal.

3. A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não autoriza a oposição de embargos de declaração, tanto mais por não servirem os declaratórios, em regra, ao propósito de rediscussão de matéria já decidida.

4. No tocante à alegada violação do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973, verifica-se que o Tribunal estadual analisou toda a matéria levada a julgamento, entendendo serem os embargos meramente protelatórios, daí por que correta a imposição da multa prevista no mencionado dispositivo legal. De mais a mais, caracterizado o evidente intuito protelatório, a apreciação dos argumentos da recorrente exigiria o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice do enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

*Precedentes.*

5. Embargos de declaração acolhidos, a fim de reconhecer a existência de erro material no acórdão embargado, e negar provimento ao recurso especial por outros fundamentos "

(EDcl no AgInt no AREsp 1.100.490/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/6/2019, DJe 27/6/2019).

Quanto ao artigo 489 do CPC/2015, no recurso especial há somente alegação genérica, sem especificação sobre quais teses não houve fundamentação.

Ante a deficiente fundamentação do recurso nesse ponto, incide a Súmula 284 do STF, segundo a qual: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

Por fim, inviável o conhecimento do recurso pela divergência jurisprudencial no tocante ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois a comprovação de violação desse dispositivo legal depende da ocorrência ou não de omissão, contradição ou obscuridade em cada caso concreto, dadas as peculiaridades da causa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Deixo de aplicar o art. 85, § 11, do CPC/2015 pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

